

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.900 - SP (2020/0253574-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : GERSON CASTRO RAMOS**  
**ADVOGADOS : VANESSA CARLA VIDUTTO BERMAN - SP156854**  
**FELIPE PENTEADO BALERA - SP291503**  
**AGRAVADO : UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADO : ALOYSIO VILARINO DOS SANTOS - SP126060**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por GERSON CASTRO RAMOS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL INATIVO. Revisão de proventos. URV. No caso, a reestruturação da carreira dos servidores não docentes da USP (Resolução nº 4.154/95) deflagrou o prazo da prescrição, a partir de quando o servidor teria cinco anos para pleitear as diferenças decorrentes da conversão de seus vencimentos.

Observância do decidido no RE 561.836/RN. Sentença mantida por fundamento diverso. Recurso não provido.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 1º do Decreto n. 20.910/1932, no que concerne à prescrição do fundo de direito, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O acórdão recorrido afasta a possibilidade de prescrição do fundo de direito. Por outro lado, reconhece a prescrição quinquenal, alcançando o próprio núcleo do direito invocado, uma vez que a ação foi proposta após mais de cinco anos da edição da Resolução nº 4.154, de 29 de março de 1995.

Ocorre que, não havendo prescrição do fundo de direito, não há que se falar em prescrição do núcleo do direito invocado.

A Súmula nº. 85 do Superior Tribunal de Justiça é expressa no sentido de que a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação:

“Súmula nº 85: Nas relações de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação”.

A prescrição de todo e qualquer direito contra a Fazenda Pública

é disciplinada pelo artigo 1º do Decreto nº. 20.910, com a seguinte redação:

Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

O pedido de revisão do benefício previdenciário, ou seja, a Lei n. 8.880/94 que determinou no seu artigo 22 a conversão dos vencimentos dos servidores públicos em URV na data de 1º de março de 1994 não foi aplicado e o direito ao valor correto do benefício, ou seja, o fundo de direito, no caso não é atingido pela prescrição. Este é o entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça.

A seguinte ementa deixa claro o entendimento do STJ, acima apresentado:

(...)

Nota-se que, conforme tem decidido o STJ, nas demandas em que se busca a revisão de benefício previdenciário, a prescrição não atinge o próprio fundo de direito, mas tão somente as parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu à propositura da demanda.

Isso porque, a situação em apreço trata-se de prestação continuada e, portanto, de trato sucessivo, na qual se renova mês-a-mês. Deve, portanto, ser aplicada apenas a prescrição quinquenal anterior à propositura da ação.

Em assim sendo, não há que se falar em prescrição da pretensão buscada pela parte Recorrente, sob pena de violação da regra contida no artigo 1º do Decreto nº. 20.910, pois, apesar de ter havido a prescrição das parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu à propositura da demanda, não houve prescrição do fundo de direito (fls. 240/242).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação dos arts. 22 e 25, ambos da Lei n. 8.880/1994, no que concerne à conversão dos vencimentos dos servidores públicos em URV, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Afastada a prescrição, o direito socorre ao Recorrente.

Quanto ao tema principal da ação, a Lei n. 8.880/94 dispôs sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, instituiu a Unidade Real de Valor (URV) e, dentre as inúmeras regras de transição com vistas à conversão do Cruzeiro Real para o Real, determinou no seu artigo 22 a conversão dos vencimentos dos servidores públicos em URV na data de 1º de março de 1994.

Nesse passo, preveem os artigos 22 e 25 da Lei n. 8.880, de 27 de maio de 1994:

(...)

Por tratar-se de questão relacionada com alteração de moeda, atinente a sistema monetário nacional, a matéria (lei que criou a URV) é de competência privativa da União, nos termos do art. 22, VI, da Constituição Federal.

Dessarte, por se tratar de norma geral, as regras de conversão dos vencimentos dos servidores em URV devem ser observadas também pelos Estados e Municípios, sem que se possa falar em violação da autonomia desses entes federativos, de modo que os critérios de conversão previstos na Lei n. 8.880/94 alcançam todos os servidores públicos, sejam federais, estaduais ou municipais.

Frise-se que a presente ação não versa sobre os reajustes normais e periódicos de vencimentos, com a qual a conversão de URV não se confunde.

Isto porque a referida conversão constitui medida de transição à adoção de nova moeda e, portanto, estados e municípios não poderiam se furtar a cumprir a obrigação imposta por lei federal.

Uma vez não respeitado o correto critério previsto no artigo 22 da Lei n. 8.880/94, mostra-se manifesta e independente de prova a ocorrência de prejuízo ao Autor, tendo em vista que este decorre do próprio fato do cálculo ter se dado em divergência ao determinado pela Lei Federal em comento.

Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Assim, comprovado nos autos que o Recorrente já era servidor público quando da vigência da Lei 8.880/94, deve ser julgada procedente a ação, sendo irrelevante a superveniente aposentadoria, vez que a inatividade do servidor não implicou em rompimento do vínculo com a USP.

Ato contínuo, imperiosa a condenação da USP a efetuar o recálculo dos vencimentos do Recorrente, segundo os índices da URV nos exatos termos dos artigos 22 e 25 da Lei n. 8.880/94, com reflexos no valor de sua aposentadoria concedida em 02.12.2000, e com o pagamento das diferenças nos proventos da aposentadoria nas parcelas vencidas e vincendas, respeitada a prescrição quinquenal, implementando-se os novos valores em seus demonstrativos de pagamento (fls. 242/246).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

No caso, o pedido é improcedente, mercê da orientação firmada no STF ao julgar o RE 561.836/RN, reconhecida a repercussão geral sobre a questão, *in verbis*:

1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do

processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV.

2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, *verbi gratia*, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República.

3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes.

4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao *decisum* na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF.

5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma reestruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção *ad aeternum* de parcela de remuneração por servidor público.

6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes.

7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo *ad quem* para o pagamento e incorporação dos 1,98% no âmbito do referido Poder.

8) Inconstitucionalidade.

9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada *incidenter tantum* a inconstitucionalidade da

Lei nº 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte.

Foi justamente o que aconteceu no caso com a edição da Resolução nº 4.154, de 29 de março de 1995, que reestruturou a carreira dos servidores não docentes da Universidade de São Paulo, fixou escala de vencimentos, dispôs sobre enquadramento e deu outras providências.

Referida resolução instituiu, portanto, verdadeira reestruturação remuneratória para os cargos nela declinados, fazendo surgir uma nova realidade, apartada do ambiente de incidência da citada Lei nº 8.880/94, que nada tem a ver com compensação da possível incorreta conversão com aumentos ulteriores.

Ora, o prazo de prescrição inicia “ao mesmo tempo em que nasce para alguém uma pretensão acionável, ou seja, no momento em que o sujeito pode, pela ação, exercer o direito contra quem assuma situação contrária, já que *actio nondum nata non praescribitur*. Em aplicação prática, se ao direito corresponde uma prestação positiva, o seu não cumprimento permite ao sujeito ativo exercer o direito da ação via da qual buscará compelir o devedor a executá-la, iniciando-se, pois, com a sua pretensão, a causa extintiva do direito. Se a obrigação é negativa, a prescrição se conta do instante em que o devedor praticou o que lhe era vedado, porque data dele a pretensão do sujeito”.

Bem por isso que, tendo a ação sido proposta em 11 de maio de 2018, a prescrição, quinquenal, alcançou o próprio núcleo do direito invocado, que remonta a 29 de março de 1995, data em que a Resolução nº 4.154 passou a produzir seus efeitos.

Note-se que o Pretório Excelso, no aludido Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, decidiu no sentido da “reestruturação remuneratória” constituir o limite temporal para o término da incorporação pretendida:

5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma reestruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção *ad aeternum* de parcela de remuneração por servidor público. (g.m.) (fls. 227/229).

Da análise dos autos, percebe-se que há fundamento constitucional autônomo no acórdão recorrido e não houve apresentação do devido recurso ao Supremo Tribunal Federal.

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 126/STJ, uma vez que é imprescindível a interposição de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido possui, além de fundamento infraconstitucional, fundamento de natureza constitucional suficiente por si só para a manutenção do julgado.

Nesse sentido: “[...] firmado o acórdão recorrido em fundamentos

constitucional e infraconstitucional, cada um suficiente, por si só, para manter inalterada a decisão, é ônus da parte recorrente a interposição tanto do Recurso Especial quanto do Recurso Extraordinário. A existência de fundamento constitucional autônomo não atacado por meio de Recurso Extraordinário enseja aplicação do óbice contido na Súmula 126/STJ”. (AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: REsp 1.684.690/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe de 16/4/2019; AgRg no REsp 1.850.902/MT, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 29/6/2020; REsp 1.644.269/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 7/8/2020; AgRg no REsp 1.855.895/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020; AgInt no AREsp 1.567.236/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 4/6/2020; AgInt no AREsp 1.627.369/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/6/2020.

Quanto à segunda controvérsia, por sua vez, encontra-se a mesma prejudicada em sua análise, porquanto dependente do acolhimento da primeira controvérsia, cujo conhecimento, restou afastado.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente